

PAULA FRÖES



O Palácio Rio Branco, no Centro Histórico, é objeto de licitação do governo do estado para construção de um hotel pela iniciativa privada

Vilá Galé chega atrasado e fica fora da licitação

A rede Vila Galé, que já havia demonstrado interesse em disputar o processo licitatório, chegou atrasada na sessão e não pôde participar. Ela começou às 9h, na sede da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur). Por volta de 10h, uma pessoa do gabinete da Setur ligou para a presidente da comissão, que não permitiu a inclusão da mesma. Ela perguntou se os representantes legais da BM autorizavam a participação do Vila Galé, e eles discordaram. Pouco antes das 11h, o representante do Vila Galé, José Antônio Pereira Bastos, compareceu, mas só ficou por 10 minutos. O CORREIO foi o único veículo de imprensa a participar da sessão.

“Após o início do certame, não existe a possibilidade de uma outra empresa participar, a menos que seja consenso entre as empresas participantes, que elas permitam, para que haja maior competitividade. Pode-se entender, por exemplo, que a empresa teve acesso a alguma informação privilegiada posterior, então não fica equânime a participação das empresas”, argumenta a presidente da Comissão Especial de Licitação, Isa Cristina Pinto.

Se a BM Empreendimentos não for vencedora, outro edital será lançado. Entre os requisitos, estão as certidões da empresa, a experiência no setor e o tipo de atividade a ser desenvolvida.

O Vila Galé foi procurado e afirmou que não se posicionaria sobre o assunto. O titular da Setur, Maurício Baccellar, que está em uma feira internacional de turismo na Espanha, não respondeu aos questionamentos.

O Palácio Rio Branco, que foi residência do primeiro governador-geral do Brasil, o português Tomé de Sousa, é um dos prédios históricos mais antigos de Salvador. Começou a ser construído no século XVI e abriga hoje o Memorial dos Governadores Republicanos da Bahia.

O prédio já teve várias funções, como quartel e prisão. Uma reforma no final do século XIX alterou a fachada colonial portuguesa pelo estilo neoclássico. Em 1984, foi restaurado. No interior do palácio é possível encontrar insígnias, espadas, chaves de cidades, diplomas, cartas, livros, medalhas, fotos e objetos pessoais dos ex-governadores, doados por familiares.

Licitação do Rio Branco só tem uma interessada

Centro Histórico

Rede BM quer investir R\$ 40 milhões em hotel 6 estrelas no palácio

Marcela Villar

REPORTAGEM

marcela.villar@redabahia.com.br

Ao que tudo indica, o Palácio Rio Branco, sede do primeiro governo do Brasil, será transformado em breve em um hotel de luxo. Ontem, somente uma empresa participou do processo licitatório lançado pelo governo da Bahia: a BM Varejo Empreendimentos Spe S.A, dona da rede hoteleira BMF, que tem 80% dos empreendimentos na França. Ela também é proprietária do hotel Rosewood, em São Paulo, cujas diárias variam de R\$ 2.900 a R\$ 6.900. O projeto da BMF é instituir um hotel seis estrelas no cartão postal de Salvador. Segundo um dos representantes legais da empresa, Celso Castro, o investimento será em torno de R\$ 40 milhões.

De acordo com Castro, serão 75 quartos, sendo 39 dentro do palácio e 36 na área anexa. “A rede já explora o ramo hoteleiro, tem um grande hotel em São Paulo e tem expertise na recuperação de monumentos e históricos. Ela soube do edital e resolver investir”, explica o advogado.

A estimativa é que entre 200 a 300 funcionários trabalhem no local, que terá piscina,

sauna, salão de beleza, salão de leitura, estacionamento, entre outros espaços. Não foi possível obter o projeto completo com os representantes. A BMF e a rede Rosewood também foram procurados, mas não enviaram resposta até o fechamento desta edição.

A empresa ainda não ganhou o processo licitatório. A previsão, segundo a presidente da Comissão Especial de Licitação (CEL), Isa Cristina Behrens Pinto, é que o resultado saia na próxima semana. Se a BM for vencedora, o contrato deve ser assinado em até 60 dias, segundo Castro. Em seguida, serão feitos estudos no local, que durarão três meses, antes do início das obras. A previsão é que o hotel seja inaugurado em 2024. O nome ainda não está definido.

No entanto, há um nó a ser desatado. Ontem, o Ministério Público (MP-BA) ajuizou ação civil pública contra o Estado da Bahia – em representação da Secretaria de Turismo (Setur) – e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), para que a Justiça determine a imediata suspensão do processo licitatório.

Segundo as promotoras de Justiça Cristina Seixas e Rita Tourinho, não está esclarecido o modo como se dará o acesso do público aos cômodos do palácio que serão restaurados, incluindo o Memorial dos Governadores, o salão de banquetes, a sala dos espelhos e o belvedere; e quais são os critérios utilizados para o cálculo do valor atribuído à concessão, bem como a renda de monopólio que deve ser atribuída ao bem, em face da sua localização e seu valor histórico e cultural.

A rede interessada ainda tem que dar algumas contra-

partidas ao governo do estado. “O hotel estará disponível para visitação, inclusive com o Memorial dos Governadores, e também há um projeto urbanístico para a cidade, como o embelezamento de praças, do entorno da área, para tornar o Centro Histórico um lugar agradável”, detalha Celso Castro.

ALUGUEL SÓ APÓS 16 ANOS

O valor da licitação é de R\$ 26,5 milhões e o período da concessão é de 35 anos, podendo ser renovado. No entanto, a BM Empreendimentos só tem que pagar o aluguel do espaço a partir do 16º ano – em 2038. Portanto, o valor pago pelo palácio, anualmente, será de R\$ 1,1 milhão, com prestações mensais de R\$ 92.592,59. O valor da área anexa é de R\$ 3,3 milhões, a serem pagos na assinatura do contrato. O estudo de viabilidade também deve ser pago quando for assinado e custa em torno de R\$ 750 mil.

A presidente da Comissão Especial de Licitação, Isa Cristina Pinto, explica que o pagamento do aluguel após 16 anos está previsto no edital. “Foram realizados diversos estudos de viabilidade econômica financeira. Considerando a necessidade de realizar reforma no palácio e a construção na área contígua, que vai ser adquirida, eles vão ter, inicialmente, dissolvido esse custo ao longo dos 15 primeiros anos, razão pela qual só irão realizar o pagamento ao governo do estado a partir do 16º ano”, esclarece Isa Cristina.

Em relação aos 35 anos de cessão do patrimônio público à empresa, este é o prazo máximo previsto em lei. Após o período, se não houver renovação do contrato, tanto o Palácio Rio Branco quanto a área construída no anexo voltarão para o governo estadual.

2024

é a previsão de inauguração do hotel

75

quartos terá o empreendimento, englobando a área do palácio e um terreno anexo